

# O debate do Estado e da sociedade civil em Gramsci e no Serviço Social

## The debate about the State and the civil society in Gramsci and in the Social Work

Emilie Faedo Della Giustina\*  
Danuta Estrufika Cantóia Luiz\*\*

**Resumo:** Há, entre o pensamento gramsciano e as elaborações teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social uma íntima interlocução e, uma das principais temáticas dessa ligação se dá por meio de sua concepção de Estado e sociedade civil. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é desenvolver alguns apontamentos reflexivos acerca desses conceitos na obra gramsciana e sua instrumentalização à profissão. Através de revisão de literatura, arguimos nesta sistematização, por meio da referência gramsciana ampla, metodológica e analítica de sociedade, das relações entre Estado e sociedade civil, sua influência por meio de categorias modernas de envolvimento prático, de desenvolvimento da autonomia, de socialização da política, de novos fundamentos ético-políticos na gestão da vida social, por parte das classes subalternas como protagonistas potencial que são e sujeito preferencial da ação profissional do/a assistente social.

**Palavras-chave:** Gramsci; serviço social; Estado; sociedade civil.

**Abstract:** There's, between the Gramscian thought and the theoretical, methodological, ethic and politic elaborations of the Social Work an intimate dialogue and, one of the principal themes of these connection is through his conception of State and civil society. Therefore, the aim of the presente article is develop some reflexions about these concepts into the Gramscian work and its instrumentalization to the profession. Through literature review, we have sistematize, besides the Gramscian referencial, methodological and analytical of society, the relations between State and civil society, and its influency throuth modern categories of practical involvement, of development, of autonomy, of socialization of the politic, of new ethical and political fundaments in conducting the social life, by the subalterns class as potencial protagonists that they are and preferencial subjects of the professional acting of the social worker.

**Key-words:** Gramsci; social work; State; civil society.

Recebido em: 24/02/2021

Aprovado em: 25/05/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora do magistério superior da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói).

\*\* Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do magistério superior da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

## Introdução

O presente texto foi elaborado a partir das discussões realizadas em uma das mesas do ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF)<sup>1</sup>.

O pretendido foi desenvolver alguns apontamentos reflexivos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil na obra gramsciana e sua interlocução com o Serviço Social.

Há que se tomar, como ponto de partida, o pressuposto acerca do pensamento gramsciano de que, discorrer sobre qualquer uma de suas categorias centrais nos leva de forma direta a relacioná-la com as demais categorias de seu legado, articuladas de tal modo em seu método de análise, em um ritmo de pensamento que as congrega em uma perspectiva de totalidade. Ou seja, debater Estado e sociedade civil em Gramsci remete intrinsecamente às categorias hegemonia, relação de forças, bloco histórico, estrutura e superestrutura, organização da cultura, filosofia da práxis, intelectuais, subalternidade, dentre outras.

Esse legado, com raízes orgânicas no marxismo e na realidade estudada pelo autor, está manifesto em nosso projeto ético-político, nas diretrizes curriculares, no debate da profissão, por meio dessas mesmas categorias que o autor desenvolveu, ou com categorias muito próximas a estas. Há, ainda, uma significativa influência deste referencial na base teórico-metodológica e ético-política da profissão – em especial nestas duas categorias (ético-político), pois, intrínsecas à tradição gramsciana.

Os estudos gramscianos se referem a fenômenos de amplo espectro: movimentos de classe, movimentos históricos que envolvem as relações entre Estado, sociedade, economia, cultura, política, etc. Fundamentado, dentre outros, no pensamento de Marx, no desenvolvimento do materialismo histórico dialético e suas elaborações em filosofia da práxis; contextualizado em um determinado momento histórico (final do século XIX e início do XX, na Itália sob o domínio do fascismo), seus estudos referem-se a fenômenos de massas e movimentos revolucionários das classes operárias desse período. Mas, também, são constituídos de categorias, elementos e análises que não se limitam a amplos fenômenos e nos instrumentalizam em estudos de nível “molecular” (GRAMSCI, 2017) sem com isso perder a totalidade de seu estudo, nem a totalidade da sociedade em que o fenômeno se situa. Ou seja, seus estudos e seu método analítico também nos instrumentalizam para a dimensão que está próxima do fazer profissional.

<sup>1</sup> Todas as mesas do ciclo de debates estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

Nas abordagens de contato direto com as classes subalternas, vários profissionais/intelectuais podem ser parceiros importantes num empreendimento de busca de um outro tipo de racionalidade que não a dominante. O Serviço Social é uma destas profissões que, pela proximidade com a classe subalterna e com as manifestações da questão social, através de seu trabalho profissional iluminado por referências críticas, incluso o gramsciano, pode implementar ações nesta perspectiva e contribuir com a elevação social, cultural e política dos segmentos populares com os quais trabalha.

Tomamos, então, a referência gramsciana como fundamentação teórico-prática que valoriza as ações e a presença de segmentos populares da sociedade civil no enfrentamento das mazelas da questão social, a fim de discutir a posição do Serviço Social como um possível elemento que pode contribuir nesse processo de busca e construção coletiva.

As reflexões desenvolvidas neste artigo estão organizadas nos seguintes subitens: apontamentos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil no pensamento gramsciano; elementos para um diálogo de aproximação com o Serviço Social; e considerações finais.

### **Apontamentos acerca dos conceitos de Estado e sociedade civil no pensamento gramsciano**

Primeiramente, tomemos em consideração o contexto em que Gramsci desenvolve sua teoria do Estado. O autor considera a questão política da emergência das massas no seu cenário histórico contemporâneo, citadas especialmente as contradições dos tempos modernos, marcados pelo crescimento da riqueza que não produz prosperidade, mas pobreza generalizada.

No contexto de elaboração e atuação política da Europa na primeira metade do século XX, em que se pensava que a saída para a crise histórica vivida surgiria da afirmação de um Estado forte, Gramsci, rejeitando as soluções do fascismo e criticando as tendências à centralização do poder, sustentava que uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso na história das massas livre e democraticamente organizadas.

Conforme explica Semeraro (1999), a experiência da I Guerra Mundial (1914-1918) minou as relações entre as massas populares e as ideologias dominantes, enfraquecendo a credibilidade nos métodos tradicionais da política baseada na força e na prepotência. Não se podia mais pensar em administrar o poder unicamente apoiado sobre os sistemas coercitivos, de modo que o protagonismo e as aspirações à democracia, crescentemente demonstrados pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares, favorecia uma expansão da sociedade civil e revolucionavam a concepção do Estado.

As complexas e diversificadas manifestações de democracia popular se tornavam, portanto, os novos espaços dentro dos quais se fazia necessário repensar a política e

elaborar os novos termos da hegemonia. Por isso, fazia-se necessário alargar a concepção de Estado e de sociedade. Não se podia mais pensar a sociedade civil como sendo uma realidade privada, de caráter exclusivamente econômico, agindo à parte da estrutura pública do Estado.

Então, entendendo o novo protagonismo do Estado, no séc. XX, tanto no campo econômico quanto na organização da sociedade e na criação do consenso, o conceito de Estado Integral indica uma relação de unidade-distinção entre Estado e sociedade civil – compreensão do que é o Estado “no significado integral: ditadura + hegemonia” (GRAMSCI, 2017b: 252).

O que Gramsci desenvolve, é uma noção de Estado que vai além das duas principais perspectivas predominantes no seu tempo, o economicismo e o estatismo. Consciente das transformações históricas, ao tratar das relações entre sociedade política e sociedade civil, procurou evitar equívocos tanto de caráter economicista e liberal, quanto de caráter organicista e totalitário. Os primeiros, identificados com o economicismo liberal, relacionam o Estado com o governo e o separam da sociedade civil, considerando esta como um setor autônomo, regulado por normas "naturais" de liberdade econômica. As outras confusões derivam dos sistemas totalitários que visam identificar Estado e sociedade civil, unificando "ditatorialmente" os elementos da sociedade civil no Estado. Neste caso, hegemonia e ditadura são unificados, o consenso é obtido pela força e todas as manifestações sociais acabam centralizadas e dominadas pelo Estado (LIGUORI, 2007).

Essas duas posições, que no tempo de Gramsci eram representadas pelo liberalismo de Croce e pelo fascismo de Gentile, além de aparentemente alternativas, mantinham laços comuns e se completavam reciprocamente. As elaborações acerca do conceito de Estado Integral buscam se diferenciar dessas abordagens e, para evitar os perigos do "economicismo" e do "estatismo", o autor defende uma relação dialética de identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, como duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática.

Em síntese, a sociedade civil, composta de organismos privados e voluntários, indica a "direção", enquanto a sociedade política, estruturada sobre aparelhos públicos, se caracteriza mais pelo exercício do "domínio". Desse modo, o Estado moderno não pode mais ser entendido apenas como um sistema burocrático-coercitivo. Suas dimensões não podem limitar-se aos instrumentos exteriores de governo, mas abarcam também a multiplicidade dos organismos da sociedade civil em que se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde, praticamente, se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia (LIGUORI, 2007).

Sendo assim, o conceito de sociedade civil é o meio através do qual Gramsci enriquece,

com novas determinações, a teoria marxista do Estado. Tomada como âmbito particular da subjetividade e de suas múltiplas expressões, a sociedade civil não é apenas o território exclusivo da burguesia, reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. O autor percebe que esse espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam suas associações, articulam suas alianças, confrontam seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico (SEMERARO, 1999).

Para a perspectiva gramsciana, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não-estatal, lugar de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar por um novo projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular do poder (LIGUORI, 2007).

O que quer dizer que Gramsci vê esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de Estado Integral, que representa sua contribuição específica à teoria do Estado. Uma postura dialética de que “[...] a distinção entre sociedade política e sociedade civil é puramente metodológica, não orgânica, e, na vida histórica concreta, sociedade civil e sociedade política são uma mesma coisa”, o Estado (GRAMSCI, 1975: 455).

Contudo, é importante destacar que tal nexos de unidade-distinção ocorre sob a hegemonia do Estado – há um protagonismo deste. Liguori (2007) didaticamente nos ajuda a compreender que a “ampliação” do conceito de Estado ocorre em duas direções: uma nova relação entre política e economia; e uma nova relação entre sociedade civil e sociedade política.

Acerca da primeira “ampliação”, na relação entre política e economia, toma-se como elementar que o Estado continua sendo considerado como expressão da situação econômica – não a produz, mas é expressão dela. Trata-se de uma concepção segundo a função produtiva das classes sociais, própria do marxismo mas, sem incorrer em uma aplicação simplista, de mecanicismo econômico. Pois, a consciência da não separação “ontológica” entre os diversos níveis da realidade histórico-social (economia, política, cultura) não se torna, porém, ausência de distinção (LIGUORI, 2007).

O Estado, em sentido “amplo”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (também chamada de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência; e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organização material da cultura, etc.

Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas superestruturais, Gramsci não perde de vista o momento unitário: trata-se de uma distinção metodológica e não orgânica. E, a complexidade do papel do Estado Integral reside no fato de reunir força e consenso num nexos dialético, no qual, em geral, no “ocidente” o elemento do consenso é o que predomina, sem que evidentemente a “força” desapareça.

O autor desenvolve suas elaborações considerando o novo papel que o político assume no séc. XX. Por isso, é considerado o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade, as articulações internas. Sem perder de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no contexto de uma concepção dialética de relação entre ambas (LIGUORI, 2007).

Para ilustrar a segunda “ampliação” do conceito de Estado, a relação entre sociedade política e sociedade civil, citamos a carta escrita a Tatiana, em 07 de setembro de 1931:

Este estudo leva também a certas determinações o conceito de Estado, que é entendido habitualmente como sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações assim chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) [...] (GRAMSCI, 2005: 82).

Organizações “assim chamadas” privadas, portanto, não *propriamente* privadas. Ou seja, o Estado aparece como o sujeito da iniciativa político-cultural, embora agindo por meio de canais explicitamente públicos ou de canais formalmente privados. Desse modo, os aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permite falar em Estado “ampliado”.

O fato de que tais organismos voltados para a formação do consenso estejam articulados dialeticamente ao Estado permite dizer que Gramsci propõe uma leitura forte da morfologia do poder na sociedade contemporânea. Um poder hegemônico no qual nenhum dos dois aspectos (força e consenso, domínio e direção) pode ser cancelado.

A leitura da sociedade civil como conteúdo ético do Estado dá subsídios para compreensão da nova morfologia do Estado no século XX. Conforme o Caderno 8, parágrafo 2: a classe dominante põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador” (GRAMSCI, 2017b: 266).

E, na famosa redação-síntese do Caderno 6, parágrafo 88: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (nesse sentido, seria

possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2017b: 239). O Estado se torna educador e educa para o consenso: “é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2017b: 226). Atravessado, desse modo, pela luta de classes, em processos que nunca são unívocos, tanto o Estado quanto a sociedade civil são constituídos por essa disputa.

Mas, se esses processos não são unívocos, o Estado que se constitui como instrumento de uma classe, lugar de luta pela hegemonia e processo de unificação das classes dirigentes, é também o lugar em que as classes subalternas lutam para manter a própria autonomia e, às vezes, para construir uma própria hegemonia, alternativa à dominante, disputando com a classe no poder as “trincheiras” pelas quais se propaga ideologia e senso comum.

Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que devem aprender a desenvolver as classes subalternas. Estas, além de preocupar-se em resistir à opressão, são chamadas a buscar formas para sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade. Nisso reside o caráter revolucionário de seu pensamento.

Desse modo, a conquista do poder do Estado, nas sociedades complexas do capitalismo, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em sentido Integral (COUTINHO, 2007).

Em seu conjunto, o pensamento gramsciano está voltado para municiar as organizações das classes subalternas que lutam para conquistar a sua liberdade e a sua hegemonia. Lembramos a caracterização feita por Semeraro (2020), destacada na primeira mesa do referido ciclo de debates, de que os Cadernos são um “*projeto singular de teoria política popular*”.

E, contrariamente ao que por vezes se pensa, Gramsci não é o teórico do Estado, mas um intelectual-militante das classes trabalhadoras em movimento na sociedade civil e em busca de uma cidadania construída na participação e na autonomia. Sua defesa não é em favor de um Estado que apenas distribua benefícios e proteção, mas para elevar intelectual e moralmente camadas cada vez mais amplas da população, ou seja, “para dar personalidade ao amorfo elemento da massa” (SEMERARO, 1999).

Sem ficar prisioneiro do “pessimismo” e da impotência diante dos sistemas “onipotentes” de dominação, Gramsci confia no “otimismo da vontade” e na capacidade de iniciativa e de organização que surgem das classes dos trabalhadores na dinâmica da história.

As novas perspectivas que Gramsci confere à dinâmica da sociedade civil revolucionam, portanto, não apenas a concepção tradicional de política e de Estado, mas destituem de

fundamento qualquer visão centralizadora de poder e dissolvem toda pretensão de construir a hegemonia pelo alto, valendo-se da força, do poder econômico ou das manipulações demagógicas.

Ao apostar no potencial mobilizador da sociedade civil, desloca o eixo principal da ação política do âmbito das instituições burocrático-administrativas para o terreno criativo das diversas organizações sociais dos setores populares e rompe o horizonte que se quer apresentar como "fim da história" (SEMERARO, 1999).

### **Elementos para um diálogo de aproximação com o Serviço Social**

A partir das categorias sociedade civil e Estado é que traçamos alguns elementos para um diálogo que as aproxime do Serviço Social enquanto profissão interventiva na realidade social.

Observamos nos apontamentos do item anterior que os argumentos gramscianos residem na potencialidade dos movimentos políticos e sociais ou do conjunto de organizações da sociedade civil, em seus contextos histórico-culturais, na função decisiva na construção de um projeto de sociedade que contemple novas práticas de poder e política e que se constitua numa contra hegemonia por parte das classes subalternas.

Trazendo essa dimensão de instrumentalização que o pensador nos oferece, de interiorização dos seus fundamentos e das suas orientações, que podem se expressar na atuação profissional, e especificamente, fazendo um recorte, na relação entre Estado e sociedade civil, se abre uma gama de possibilidades para materializar esses fundamentos teórico-práticos. Destacamos, a seguir, algumas destas possibilidades.

Primeiramente, em nível de formação profissional, trata-se de uma alternativa teórica e metodológica para o/a estudante de Serviço Social visualizar uma perspectiva oposta ao neoliberalismo que apregoa um Estado mínimo (distante de sociedade civil, esta transformada ideologicamente em “terceiro setor” e em refilantropia). Como vimos, a proposta gramsciana da relação entre Estado e sociedade civil é de proximidade, de uma “simbiose” entre ambos para gerir a vida social.

Como já citado anteriormente, a peculiaridade dialética do pensamento de Gramsci impede uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade. A distinção que ele faz no texto é “puramente metodológica” (GRAMSCI, 1975). A distinção elaborada por Gramsci tem caráter metodológico, de análise, de separação didática como esferas com vidas próprias, mas totalmente entrelaçadas, pactuadas: Estado e sociedade civil como estrutura e superestrutura,

de produção econômica e política configurando um *modus operandi* da sociedade, do “bloco histórico”.

É um paradigma possível de ser visualizado e que coaduna com os valores apregoados pela nossa profissão: sociedade civil + sociedade política = resulta num Estado de forma ampliada (GRAMSCI, 2017b: 239). Esta é uma fórmula diversa do paradigma neoliberal e a qual temos como referência na profissão.

Pensando em termos contemporâneos, um modelo de Estado que se aproxima com essa possibilidade de participação, de inserção da sociedade civil em seu interior, se configura como um Estado democrático garantidor de direitos sociais, humanos, políticos. Mas, lembremos das palavras do professor Semeraro (2020), quando faz um alerta neste sentido, de que “não podemos ter medo em afirmar a proposta do Gramsci *integral* – que é a mudança estrutural profunda, criação de uma nova civilização”. Continua o professor: “não devemos nos acanhar [...] é um projeto humanizador”<sup>2</sup>

Esta possibilidade de concepção acerca do Estado se constitui num fundamento que subsidia o/a assistente social para compreender o verdadeiro papel do Estado e da sociedade civil, da relação entre ambos, da estrutura e superestrutura – na configuração do bloco histórico. Estado e sociedade civil - são duas categorias que o Serviço Social transita no interior delas, então compreendê-las criticamente é fundamental: o Serviço Social palmilha nestas duas categorias – é o chão da sua prática profissional.

Tendo a “fórmula” em que a sociedade civil é co-partícipe da gestão da vida social, há que se investir no fortalecimento desta sociedade civil em valores democráticos, emancipatórios: na elevação do senso comum ao bom senso, como diria Gramsci, como um “*dever histórico*”. (GRAMSCI, 2017)

Com esta diretriz de sociedade civil co-partícipe da gestão da vida social, podemos afirmar que: temos vários avanços com os direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 e nas legislações infraconstitucional; foram avanços conquistados pela participação, fortalecimento e luta de segmentos da sociedade civil brasileira; foram processos, momentos de elevação da sociedade civil e do estabelecimento de relações mais estreitas com o Estado brasileiro.

Mas, também, sabemos que temos muitos ranços históricos expressos que cerceiam estes avanços, pois sociedade civil não é bloco único, monolítico, mas composto de diferentes

<sup>2</sup>Ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF). Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

forças e tendências. Com isso, podemos visualizar também, a partir do referencial gramsciano, movimentos por hegemonia e contra hegemonia no âmbito da realidade brasileira.

Há marcadamente uma tendência conservadora a se fazer hegemônica na cultura brasileira através de vários mecanismos, alguns expostos por Chauí (2001: 89-90):

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como ‘cultura senhorial’, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. [...] A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Temos assistido essa hegemonia da cultura brasileira sendo aflorada na conjuntura recente (com um “manto protetor de signo de nação una” – conjuntura que exigiria um artigo somente para o tema) e, nesse movimento por hegemonia e contra hegemonia, no qual configuram diferentes segmentos de uma mesma sociedade civil, o Serviço Social, enquanto profissão, tem posição definida ética e politicamente e se faz presente na edificação de conquistas que precisam ser fortalecidas com valores contra hegemônicos a esse quadro sociocultural histórico.

Portanto, é neste movimento contraditório, real, de luta por hegemonia que as conquistas sociais vão sendo edificadas a duras penas. É possível então afirmar que “[...] mesmo diante de um quadro social pleno de contradições, é possível empreender esforços para enfrentá-lo, pois a realidade é dialética, a contradição é sua constante e a hegemonia é uma construção histórica” (LUIZ, 2013: 16).

Na perspectiva gramsciana, não cabe ao Estado, exclusivamente, o comando, a ação política, a gestão da vida social, mas devendo ser gerida também pela sociedade civil. E aqui emerge o tema das políticas públicas/sociais como um dos eixos que os articulam nesta tarefa coletiva.

Apesar do tema das políticas públicas não ser uma categoria utilizada no início do século XX (período dos escritos de Gramsci), mas, por se tratar de ações do Estado, de relações com a sociedade civil, circunscrevem-se às elaborações desenvolvidas pelo autor.

Portanto, é um tema que pode ser analisado e referendado também pelos fundamentos

gramscianos. Para ilustrar tal questão, cabe exemplificar com uma pesquisa realizada<sup>3</sup>, tomando como parâmetro o Mapa da Bibliografia de Gramsci no Brasil, elaborado pela *International Gramsci Society* do Brasil – IGS-BR. Nesta, indagou-se, inicialmente, quais as principais categorias teóricas gramscianas presentes nas produções de conhecimento citadas no respectivo mapa. E, diante de tais categorias, questionou-se, se estas categorias estabeleciam ou não relações com políticas públicas e práticas sociais, que é o tema central do Núcleo de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais (BOUTIN et al., 2018).

Dentre os dados analisados na pesquisa, destacamos aqui o tema das políticas públicas. A pesquisa demonstrou que este está presente de maneira significativa nos artigos que utilizam Gramsci ou autores gramscianos como referência e que puderam aproximá-los e traçar suas análises a partir deste referencial. Foi possível identificar que estas expressam as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, portanto, plenos de referencial gramsciano.

As políticas setoriais identificadas na amostra foram: educação; políticas regionais de incentivo econômico; políticas de promoção social e inclusão social; orçamento participativo; políticas públicas de saúde; políticas públicas e crítica ao neoliberalismo; e o programa Bolsa Família. E, o que se destaca na direção arguida pelos autores pesquisados, é o entendimento de um tipo de Estado que acolha demandas e práticas sociais presentes nos contextos estudados – e que este se amplie para as mesmas.

O Serviço Social é uma das áreas identificadas na pesquisa realizada nos artigos disponíveis no Mapa/IGS- BR e que fazem uso do referencial gramsciano, mas, à frente do Serviço Social há as áreas de Ciência Política, Educação, História, Sociologia, Ciências Sociais, Relações Internacionais.

Em síntese, os dados desta pesquisa nos apontam que contemporaneamente o referencial gramsciano é presente em temas que se desdobram da relação Estado sociedade civil, como por exemplo, no tema políticas públicas – que é um campo de trabalho privilegiado dos assistentes sociais.

E, na sequência da nossa abordagem, podemos articular a esta temática a proximidade do referencial gramsciano com relação ao exercício profissional que o assistente social desenvolve, identificando a potencialidade das práticas socioeducativas, de participação dos grupos com os quais a profissão trabalha, podendo contribuir na instrumentalização das formas

<sup>3</sup> Pesquisa realizada pelo núcleo de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas – Núcleo Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, publicada em Revista Emancipação/ UEPG, disponível em <https://revistas2.uepg.br//index.php/emancipacao/article/view/11205>.

organizacionais – como por exemplo os conselhos gestores, identificados como “importantes trincheiras na busca pela contra hegemonia, necessitando de uma ampla luta organizada para tanto”(SIMIONATTO, 2020)<sup>4</sup>.

Além dos conselhos, podemos indicar diversos coletivos, organizações e movimentos que o Serviço Social tem como campo de atuação. Nestes campos de atuação profissional – junto a essas organizações, que estão imersas em correlação de forças e de luta por hegemonia, estabelecem-se “relações pedagógicas”, no dizer de Gramsci (GRAMSCI, 2017). Estas perpassam toda a sociedade: as relações entre indivíduos, entre intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos e que servem para manter ou alterar uma determinada situação.

Com isso, Gramsci (2017: 318) conclui: “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação” mas que, também, entre as diversas forças que a compõem existe uma “relação ativa” entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural: o ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente que reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências.

Um solo fértil (ainda que não exclusivo) para o estabelecimento dessas trocas, dessas relações sócio pedagógicas, é a sociedade civil em suas variadas formas de organização, que se constituem em força política motriz para o estabelecimento de um novo tipo de política e de hegemonia. E não convertida em figura central do mercado, numa autorregulação, ou em Estado, numa regulação mínima, como quer o pensamento liberal moderno. Mas, em relação, num pacto entre estrutura e superestrutura, referindo-nos a movimentos de amplo espectro.

E, no movimento que engloba a possibilidade das práticas sociais e profissionais desenvolverem alternativas pedagógicas contra-hegemônicas, entre outros fatores, faz-se necessário que se criem, no âmbito da sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia capacitados e fortalecidos pela elevação do senso comum a auto constituição de uma consciência crítica e do seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

Nesse eixo teórico-argumentativo, trabalhamos com o pressuposto de que o Serviço Social pode mediar, na instância de sua prática profissional, ações sócio pedagógicas que contribuam com grupos e segmentos das classes subalternas, com as quais trabalha nesse desafiante enfrentamento.

<sup>4</sup> Ciclo de debates “Conversas gramscianas no Serviço Social”, realizado no âmbito do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (NEFSS/ESS-UFF) disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLkkYlmr1Au4-uOE85tcJBd13CbB2FpBaa>.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da 'cultura'. A cultura entendida como atividades que incidem nos processos de formação de um 'um modo de pensar, sentir e agir [...] no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU; CARDOSO, 2009: 594).

Um detalhe importante para o/a assistente social em seu exercício profissional qualificado para contribuir no desenvolvimento de atividades educativas é ter uma formação e uma capacitação profissional permanentes (vinculadas aos seus valores ético-políticos).

A partir dos elementos aqui apontados, sem maximizar a prática profissional diante da práxis social mais ampla, mas valorizando o possível, o real e o concreto próximos de seu âmbito de atuação, argumentamos que é pela prática profissional que o/a assistente social materializa e demonstra os seus fundamentos, a sua teleologia: seja na ação com indivíduos, grupos, organizações, na defesa de direitos, seja no planejamento, gestão e execução de políticas públicas sociais, seja na pesquisa social (LUIZ, 2013). E, esta, se qualificada e comprometida ética e politicamente buscará contribuir com processos socioeducativos contra hegemônicos ao quadro desigual que configura a sociedade brasileira.

### Considerações finais

Através de sua prática profissional o Serviço Social contemporâneo, sem desvincular-se da totalidade contraditória de sua autonomia relativa e de todas as determinações que o cercam, possui condições para contribuir e tem contribuído nesse enfrentamento cotidiano e processual.

A exemplo, tem empreendido esforços teóricos e práticos nas últimas décadas para implementar a concepção de assistência social expressa na LOAS e com ela os caminhos da gestão democrática, participativa e descentralizada. Também em marcar a presença da sociedade civil junto ao Estado (o qual aqui pode ser entendido como os vários municípios em que os/as assistentes sociais trabalham), na defesa da presença e da capacitação permanente de segmentos não governamentais para a gestão social.

Este movimento empreendido pelos profissionais nos seus espaços de trabalho pode ser configurado como um movimento que contribui para uma elevação de níveis de subalternidade, do não-conhecimento sobre gestão pública, do que é uma gestão partilhada, do que é um conselho gestor, para um conhecimento crítico da importância da presença da sociedade civil nestes espaços. Certamente este movimento tem sido potencializado pelos assistentes sociais que têm feito essa defesa nos municípios do Brasil afora.

Assim como na assistência social, os profissionais têm contribuído para imprimir ações

desta natureza nas várias políticas sociais setoriais em que atuam, potencializando essas possibilidades.

Iamamoto (2002: 33), nos alerta para o desafio de fazer avançar essa perspectiva na profissão, tornando-se “[...] fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública”. E também Abreu (2011): que seja um público não burguês, que seja de fortalecimento das classes subalternas na correlação de forças nos diferentes espaços da relação da sociedade política e sociedade civil.

Tais alertas, chamadas, que as autoras fazem, coadunam com pressupostos gramscianos e com o caminho que percorremos que cerca a elevação intelectual e cultural, de conhecer/pensar coerente e criticamente a realidade; e sobre esta elevação, o desenvolvimento de práticas profissionais e sociais diferenciadas que enfrentam o pensamento tradicional nas mais diversas instâncias e áreas de atuação do Serviço Social – gênero, meio ambiente, assistência social, enfrentamento a violências, saúde, educação, criança e adolescente, as relações entre Estado e sociedade civil, entre tantas outras áreas.

Ou seja, o caminho que seguimos de proximidade de Gramsci e o Serviço Social, além da sua referência ampla, metodológica-analítica de sociedade, das relações entre Estado e sociedade civil, é delimitado pelas categorias modernas de envolvimento prático, de desenvolvimento da autonomia, de participação, de politização, de responsabilidade pela construção coletiva, da socialização da política e do poder, de novos fundamentos ético-políticos na gestão da vida social, por parte das classes subalternas como protagonistas em potencial que são.

Consideramos que este se mostra um caminho possível, principalmente, diante de um quadro de tantas adversidades e, o referencial e o projeto gramscianos nos dispõem fundamentos e instrumentos para tanto.

### Referências

- ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4ª ed. São Paulo : Cortez, 2011
- ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gonçalves. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.
- BOUTIN, A. C. B. D., SCHEIFFER, C. S., SOUZA, C. G. de, LUIZ, D. E. C., BISCAIA, F. R., ALVES, G. A., JUNIOR, M. I.; SILVA, S. C. e. (2018). Perfil quantitativo das categorias teóricas gramscianas dos artigos do Mapa do International Gramsci Society do Brasil. *Emancipação*, 18(2), 386-398.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 3ª ed. São Paulo : Perseu

- Abrano, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Carta de 7 de setembro de 1931 a Tatiana Schucht. In: GRAMSCI, Antonio. Cartas do cárcere, v. 2 (1931-1937). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001 [1975].
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Em questão: atribuições privativas do (a) assistente social. Brasília : Abepss, 2002.
- LIGUORI, Guido. Roteiros para Gramsci. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional. 2ª Ed. Ponta Grossa : Editora UEPG, 2013.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Tornar-se dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, C.N. E TEIXEIRA, A.P.(ORG). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.
- \_\_\_\_\_. UFF. Conversas Gramscianas no Serviço Social em 13/08/20. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=ZAJU3W9Xo4U&t=6715s&ab\\_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF](https://www.youtube.com/watch?v=ZAJU3W9Xo4U&t=6715s&ab_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF) . Acesso em 17/02/2021.
- SIMIONATTO, Ivete. UFF. Conversas Gramscianas no Serviço Social em 10/09/20. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=igbYT24qk2E&ab\\_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF](https://www.youtube.com/watch?v=igbYT24qk2E&ab_channel=EscoladeServi%C3%A7oSocialUFF) . Acesso em 17/02/2021.